

Sophie Desplancques

Egito Antigo

Tradução de PAULO NEVES

www.lpm.com.br

L&PM POCKET

INTRODUÇÃO

I. Os egípcios e sua história

A ideologia egípcia tende a apresentar a história da sua civilização, que se estende por mais de três milênios, no quadro de uma continuidade bastante fixa. A história é contada de modo a apagar acontecimentos que poderiam ser interpretados como rupturas. Assim, a inscrição de um alto funcionário chamado Més menciona o ano 59 de Horemheb (cerca de 1290 a.C.), embora esse faraó não tenha mais que 29 ou 30 anos de reinado. Não se trata de um erro, mas de um ato voluntário. Na verdade, foi acrescentado aos anos de reinado efetivo do rei o intervalo de tempo que o separa de Amenhotep III (cerca de 1385 a 1345 a.C.); os reinados de Akhenaton/Amenhotep IV e de seus sucessores foram excluídos dessa história reconstruída pela ideologia egípcia. Na apresentação da sua história, os egípcios não buscam destacar as particularidades dos acontecimentos uns em relação aos outros. Ao contrário, desejam mostrar esses acontecimentos como a repetição ininterrupta do que existe desde os tempos da criação e durante o reinado dos deuses na terra. Jean Leclant¹ definia assim a civilização egípcia em 1969: “Civilização da pedra, voltada obstinadamente para os resultados do seu início, buscando repeti-los”. A história, segundo os egípcios antigos, define-se como a busca de um passado que possa fornecer modelos para o

1. Jean Leclant é um renomado orientalista e egiptólogo francês, especialista na história da civilização faraônica. (N.E.)

presente. Contudo, a afirmação da identidade e da personalidade egípcias, que são elementos significativos de um indivíduo e de uma época, ocupa igualmente um lugar importante nessa ideologia. Ao narrarem os seus atos, os egípcios procuram ultrapassar os que vieram antes: os anais eram consultados para verificar o caráter excepcional do faraó. Essa competição, porém, não significa uma ruptura. Nesse mesmo espírito, o conceito de intervenção divina é frequentemente utilizado para explicar acontecimentos singulares. Devemos ter em mente essas concepções quando nos propomos estudar a história do Egito Antigo.

II. As fases da história egípcia

O Egito Antigo conhece três grandes fases históricas: a pré-dinástica, a época faraônica e o período greco-romano. O início e o fim da época faraônica se inscrevem em contextos particulares. A época tinita² é marcada pela criação dos principais elementos que vão caracterizar o Egito durante mais de três milênios. A sociedade da Baixa Época, fortemente marcada por influências estrangeiras, enquadra-se num contexto de profunda mudança das mentalidades e valores egípcios. A civilização egípcia se desenvolve sob três grandes impérios: o Antigo Império, o Médio Império e o Novo Império. Cada época de final de império desembocou em períodos de perturbações, qualificados de Períodos Intermediários. Estes se caracterizam principalmente pelo rompimento da unidade política e territorial do Egito após um decréscimo da autoridade do poder real.

2. Relativo à cidade de Tínis, que será a capital das duas principais dinastias do Antigo Império. (N.T.)

Esse poder enfraquecido pode então ser substituído, conforme os períodos considerados, por dinastias locais que partilham o poder ou por dinastias estrangeiras. Os Períodos Intermediários ainda hoje são mal conhecidos e difíceis de circunscrever com precisão. Por outro lado, os faraós egípcios são agrupados em dinastias numeradas de um a trinta, segundo uma classificação da *Aegyptiaca* de Maneton, um sacerdote do começo do século III a.C. (ver adiante, p. 24). De aproximadamente 3000 a 332 a.C., ao longo dessas trinta dinastias, a civilização egípcia se desenvolve e deixa sua marca no mundo. Assim, pode-se perceber quão vasta é a tarefa de escrever uma *História do Egito Antigo*, para a qual nos limitaremos a apresentar as linhas gerais, indicando algumas pistas a explorar.

CAPÍTULO I

O MEIO AMBIENTE

I. O país e sua geografia

O Egito situa-se num quadro geográfico particular. É uma longa faixa de terra fértil que só se alarga nas proximidades do Mediterrâneo e constitui uma espécie de enclave numa vasta zona árida, que não é senão o prolongamento oriental do Saara. Sua diversidade geográfica e cultural foi especialmente destacada pelas recentes pesquisas realizadas na região do Delta. O Delta e o Vale, assim como as zonas desérticas, são facetas de um mesmo país e de uma mesma civilização.

1. **As grandes regiões** – O Egito divide-se em três grandes regiões: o Alto Egito, o Médio Egito e o Baixo Egito. Contudo, os egípcios da Antiguidade distinguiram apenas duas delas: o Alto Egito (Alto e Médio Egito chamados *Ta shemau*) e o Baixo Egito (*Ta mehu*). Essa divisão se materializa, ao longo do período histórico, nas duas coroas usadas pelo faraó: a coroa branca (Alto Egito) e a coroa vermelha (Baixo Egito). Após a unificação do país, os egípcios perpetuam essa visão dualista do seu território. Eles nunca deixarão de definir o Egito como um “duplo país”. Na gestão do Egito prevaleceu, do mesmo modo, um sistema de organização bilateral. Para designar o departamento do Tesouro, a expressão mais corrente desde as origens é “dupla casa do dinheiro”. Duas grandes entidades na-

turais são igualmente mencionadas nos textos: a “terra negra” (*kemet*), que corresponde ao vale plano aluvial do Nilo, e a “terra vermelha” (*desheret*), que se refere ao imenso Saara ao redor. O Alto Egito se compõe de uma formação de arenito em sua parte sul até Esna, onde o vale é geralmente muito estreito, e de uma formação de calcário em sua parte norte até o Delta, onde o vale se alarga, sem no entanto exceder uns vinte quilômetros. Essa região pode ser qualificada de berço da civilização egípcia. É lá que as culturas pré-dinásticas se desenvolveram, nos sítios de Badari e de Nagada. Do mesmo modo, a unificação do país se efetuou também a partir de várias localidades do Alto Egito e por meio de príncipes originários dessa região. Dois sítios importantes marcaram essa época de profundas mudanças: Hieracômpolis, capital da unificação, e Abidos, sítio funerário dos soberanos da 1ª dinastia. Além disso, a presença egípcia nessa região é atestada ao longo de toda a história faraônica até a época greco-romana. Sua situação geográfica a protege das incursões estrangeiras, principalmente as do mundo mediterrâneo e do Oriente Próximo. O Alto Egito permanece, assim, ao longo de toda a história egípcia, muito ligado às tradições faraônicas. Durante períodos de perturbações políticas, era lá que se organizava a retomada do controle do país. Essa vontade de reunificação geralmente partia de Tebas, que conheceu seu apogeu no Novo Império e impôs seu deus, Amon, como deus dinástico.

O Médio Egito se estende dos arredores de Assiut até a ponta meridional do Delta. Durante muito tempo foi o lugar de residência dos faraós e a sede do governo. Mênfis, primeira capital do país unificado, detém essa função até a metade do Novo Império. No Mé-

dio Império, Licht, que conserva o vestígio de algumas das pirâmides dessa época, torna-se por algum tempo, a partir de Amenemhat I (cerca de 1525 a.C.), a capital do Egito. A presença de grandes sítios funerários dinásticos e particulares da realeza, como Gizé, Dachur e Saqqara, atesta o papel predominante dessa parte do Egito desde as origens da sua história. Os vestígios encontrados nessa região não se limitam aos relativos à realeza e ao governo, pois ela abriga igualmente uma das grandes necrópoles provinciais do Médio Império, a de Beni Hassan. A presença de um braço secundário do Nilo, o Bhar Yussef, confere também a essa parte do Egito uma de suas principais características. O escoamento de suas águas em direção a Faium dota essa bacia natural de um papel econômico considerável.

O território do Baixo Egito, em terras particularmente pantanosas, se estende dos arredores de Mênfis até o mar Mediterrâneo. Essa zona de contato com o mundo mediterrâneo e com o Oriente Próximo será, durante a história faraônica, muito afetada por invasões e influências estrangeiras. A partir da 19ª dinastia, ela adquire uma posição de primeiro plano. É ali que Ramsés II funda Pi-Ramsés (atual Qantir), a nova capital do Egito. Os soberanos da Baixa Época originários dessa região vão também se instalar ali, nas cidades de Tânis (a Tebas do Norte) e de Saís.

Dois desertos bordejam o vale do Nilo: o deserto líbico, a oeste, e o deserto arábico e o Sinai, a leste. Esses ambientes hostis são explorados economicamente desde a época pré-dinástica. O deserto líbico é uma região bastante plana e de extrema aridez. No entanto, alguns oásis foram ali colonizados desde o Antigo Império, como Bahariya, Farafra, Dakhla e Kharga. Além

disso, o deserto ocidental constitui uma via de comunicação desde a época pré-dinástica. O deserto arábico e o Sinai, por sua vez, formam uma região montanhosa cuja barreira a protegeu do exterior. Essa região desempenha, desde a época arcaica, um papel econômico importante, pois seu deserto contém a maior parte dos recursos minerais exploráveis em território egípcio (por exemplo, a turquesa e o cobre no Sinai e o ouro do *uadi*³ Hammamat).

2. O Nilo – Os egípcios se adaptaram tanto às exigências quanto aos benefícios trazidos por esse rio de mais de 6.700 km de extensão sem buscar dominá-lo. Assim, as fundações dos grandes templos se encontram a uma boa distância do lençol freático. A sociedade egípcia é uma sociedade majoritariamente agrícola. A cheia do Nilo traz a fertilidade ao Egito não só através das águas, mas também depositando nas margens o lodo fértil. Porém, dois perigos ameaçavam o Egito: por um lado, quando a cheia era mais forte que o normal, por outro, quando era mais baixa. Com isso, desde a época tinita, o Estado procurou controlar e registrar as variações anuais do Nilo através de medições do seu nível. Estas eram arquivadas nos anais (a Pedra de Palermo⁴) ou em alguns monumentos reais (a capela branca de Sesóstris I, cerca de 1960 a.C.). As variações do curso do Nilo influenciaram também a escolha das espécies cultivadas. Assim, o linho era cultivado nas terras abundantemente inundadas, e a vinha nas partes

3. Curso d'água intermitente. (N.T.)

4. A Pedra de Palermo é um fragmento de basalto no qual eram gravados os nomes dos reis egípcios e acontecimentos relacionados aos seus reinados. (N.E.)

menos úmidas. No que diz respeito aos cereais, o trigo era plantado nos anos em que a inundação era normal, e a cevada, quando aquela era particularmente abundante. Por outro lado, a divisão do ano civil egípcio se baseava na observação das mudanças hidráulicas do rio. O ano era dividido em três estações: a inundação (*Akhet*), o “inverno” (*péret*) e o “verão” (*chemu*). No quarto milênio, os egípcios fixaram o começo do ano tomando por referência uma observação astronômica que não era senão uma coincidência: o aparecimento helíaco⁵ de uma estrela chamada Sothis e o transbordamento do rio. O Nilo era também o principal eixo de comunicação entre o sul e o norte do país. O caudal do rio permitia apenas uma circulação do sul para o norte, e isso somente em certos períodos do ano (de agosto a outubro, o que corresponde ao período da inundação). As viagens nesse longo rio não se efetuavam sem escala. O soberano e os enviados reais paravam em “desembarcadouros” onde encontravam provisões e acomodações que lhes asseguravam um certo conforto. Essas instalações são atestadas, na 18ª dinastia, nos reinados de Tutmósis (ou Tutmés) III e de Horemheb no decreto dito de Horemheb. Para os povos que ameaçavam o Egito, o Nilo foi às vezes uma via de invasão ao sul e ao norte. Longe de ser uma fronteira natural, o Nilo é sobretudo um traço de união não apenas entre sul e norte, mas também entre suas margens leste e oeste. A irrigação no Egito parece ter-se limitado à abertura de canais que serviam também para o transporte (o mais antigo testemunho se acha gravado na cabeça do bastão do rei Escorpião, na chamada “dinastia 0”). Ao contrário de hoje, o sistema de irrigação era anual e não perene.

5. Que coincide com o nascer ou o pôr do sol. (N.T.)

3. **As subdivisões administrativas** – Quando o Egito foi unificado, o governo real dividiu o “duplo país” em províncias ou *sépat*. Os historiadores modernos as chamam de *nomos*, termo tomado da língua grega e utilizado pela primeira vez sob a dinastia dos lagidas (cerca de 330 a 30 a.C.). O número desses *nomos* variou ao longo do tempo de 38 a 39, durante o Antigo Império, até 42, no Novo Império. As origens dessas unidades administrativas com vocação econômica e fiscal são imprecisas. Algumas tinham uma realidade geográfica ou cultural antiga, sendo as herdeiras diretas dos pequenos principados existentes no Egito pré-dinástico. Colocado sob a autoridade de um oficial delegado pelo poder central, o nomarca, o poder político desses *nomos* era real. O nomarca era encarregado da coleta dos impostos e da segurança interna do *nomo*, e exercia tanto funções jurídicas como a supervisão de obras. Essas funções civis eram acompanhadas de uma série de encargos sacerdotais relacionados à administração do templo e ao exercício do culto. Em algumas regiões, por exemplo, no 15º *nomo* do Alto Egito, pode-se observar uma continuidade genealógica desde a 9ª dinastia até o reinado de Sesóstris III. Uma mesma família governou a região, primeiro de forma independente no Primeiro Período Intermediário, depois sob a autoridade do rei, durante mais de trezentos anos. Após uma reforma administrativa no reinado de Sesóstris III, o cargo de nomarca se extinguiu progressivamente. Os nomarcas foram substituídos por funcionários mais numerosos, e com poder mais limitado, submetidos à autoridade do vizir e administrando unidades geográficas mais restritas (*niut*, “cidade”). Os *nomos* continuaram, porém, a marcar a divisão do território. Sua capital era

designada, de um lado, por um emblema que fazia referência a animais, árvores, símbolos ou divindades e, de outro, por um hieróglifo. Esse emblema era o testemunho de culturas ditas primitivas e que remontavam à época pré-dinástica. Em contrapartida, o hieróglifo correspondente a *nomos* é um produto da unificação do país: ele representa um terreno desenhado por canais de irrigação e tem a ver com a organização estatal da agricultura.

Durante três milênios, o número, as capitais, os limites e a denominação oficial das províncias variaram em função da estrutura sociopolítica, dos avanços e recuos da valorização do solo e do crescimento ou declínio das cidades.

4. As fronteiras – As fronteiras naturais do Egito são determinadas pela catarata de Assuã, pelas bordas desérticas e pela frente marítima do Delta. Uma série de obras militares se ocupava do acesso a essas fronteiras, desde o forte da ilha de Elefantina até as “fortalezas do mar”. Quanto às fronteiras políticas, elas variaram ao sabor das conquistas ao longo de toda a história egípcia. Ao sul, por exemplo, a influência egípcia se estendeu até a quarta catarata do Nilo no começo do Novo Império. As únicas fronteiras vulneráveis do país foram as do sul, onde se estendem as terras da Núbia⁶ e as do nordeste, onde se acham os caminhos que levam ao Oriente Próximo. Ampliar as fronteiras e proteger o Egito de seus vizinhos eram uma das pedras angulares das funções do faraó. Se quisesse ter plena legitimidade, o soberano, a fim de garantir a ordem, devia conservar ou estender os limites da sua zona de influência. Nessas zonas de contato, os reis construíram

6. No atual Sudão. (N.E.)

importantes fortalezas e cidades fortificadas. Os soberanos da 12^a dinastia estabeleceram na segunda catarata uma nova fronteira vigiada por uma rede complexa de fortalezas submetidas a um comando único situado em Buhen. Mais tardiamente, a fronteira noroeste também precisou ser protegida (Pelusa, Tell el-Herr). Nada podia atravessar a fronteira sem ter sido registrado por escrito. Todos os que passavam pelo posto fronteiro de *Tcharu* eram rigorosamente registrados no diário da fortaleza. A polícia que vigiava essas fronteiras tinha certamente a função de proteger o país contra incursões estrangeiras, mas tinha também uma função alfandegária, administrativa e comercial. Pois, se as fronteiras devem ser defendidas contra eventuais invasores, elas não deixam de ser vias de penetração comercial.

5. O Egito e o mundo – O Egito está situado no canto nordeste da África, na extremidade oriental do Saara, abrindo-se ao norte ao Mediterrâneo, comunicando-se com a África negra ao sul e com o Oriente Próximo a leste. Desde as épocas mais remotas, o país manteve relações diversas com seus vizinhos. Fosse elas econômicas, comerciais, políticas, diplomáticas ou movidas pela curiosidade, essas relações mostram que os egípcios conheciam bem a geografia de sua região e de terras próximas e longínquas. Prova disso são as listas topográficas gravadas nos monumentos egípcios. Estudos realizados para localizar suas antigas regiões progridem a cada dia. Contudo, algumas questões continuam sem resposta, como a localização da região de Punt. De acordo com os textos, o acesso a essa terra de substâncias aromáticas se fazia por barco. As primeiras menções conhecidas feitas a Punt datam da 5^a dinastia,

e as mais recentes, da 25^a dinastia. Duas hipóteses resultam das pesquisas atuais. Para uns, Punt deveria ser buscada no sul do Egito, na costa sudanesa meridional e no norte da Eritreia; para outros, essa terra exótica se situaria a leste, na Arábia. Segundo os textos egípcios, o Universo é povoado pelos egípcios, responsáveis pela ordem do mundo (a *Maât*), e o resto das populações representa o caos, o universo hostil. Portanto, o “inimigo” é o estrangeiro. Por ser diferente, ele deve ser destruído e totalmente subjugado. Essa vitória sobre o estrangeiro aparece na representação dos Nove Arcos (ver adiante, p. 77), em que há cenas de massacre de inimigos e também cenas de batalha e de caça. Em suas relações com o estrangeiro, o Egito manifesta uma predileção pelo Sul desde as mais antigas épocas. Durante as primeiras dinastias, ações militares são empreendidas em direção à Baixa Núbia. No entanto, essas relações com o estrangeiro são ambivalentes. Se os egípcios buscam se proteger do mundo exterior que representa um perigo, o outro também fascina por sua estranheza. Os territórios estrangeiros atraem por seus recursos naturais e pela mão de obra barata fornecida pelas populações locais. Ao mesmo tempo, a egipcianização é necessária para que cada elemento esteja de acordo com a ordem do mundo. Assim, as divindades estrangeiras, os modos de vida e os homens são adotados após terem recebido um nome egípcio, ou após terem sido educados no *Kep* (geralmente traduzido por “infantário real”), que depende do palácio do rei. Na verdade, os filhos de pais estrangeiros podiam ser confiados voluntariamente ou de maneira menos pacífica ao *Kep*, onde recebiam uma formação idêntica (línguas, religião, manejo das armas etc.) à dos filhos da realeza. Essa aculturação conheceu

um último desenvolvimento com a subida ao trono de uma dinastia núbia (25^a dinastia) cujos soberanos perpetuaram as tradições egípcias. O Egito sempre exerceu uma grande atração sobre seus vizinhos.

II. O Egito e sua história

1. **A escrita** – Quando aparece a escrita hieroglífica? A tradição egípcia atribui a Menés, primeiro faraó mítico do Egito unificado, a invenção da escrita. Os egiptólogos há muito indicam que a invenção da escrita coincide com o começo da 1^a dinastia. Recentes descobertas na tumba U-j do cemitério de Umm el-Qaab, em Abidos, trouxeram à luz um rico material epigráfico que atesta a existência de uma escrita no sentido próprio do termo antes da unificação do Egito (aproximadamente 3150 a.C.). No seu começo, a escrita hieroglífica só se verifica numa relação direta com a função real. Somente a partir da 1^a dinastia é que a escrita passa a ser utilizada em monumentos privados. Assim, uma ligação direta pode ser estabelecida entre o nascimento da escrita e a afirmação da realeza. Os signos hieroglíficos são pictogramas cujo desenho descreve uma realidade concreta do meio ambiente egípcio: a fauna, a flora, as construções, as ferramentas, o mobiliário, os seres humanos e as divindades. A escrita hieroglífica associa o ideograma, o fonograma e o determinativo. O ideograma permite registrar uma palavra completa com o auxílio de apenas um signo. O fonograma é utilizado por seu valor fonético independentemente do que ele representa. O determinativo indica ou precisa o sentido da maior parte das palavras. Originadas de uma mesma língua, duas escritas (hieroglífica e hierática) são

correntemente utilizadas durante o período faraônico. A escrita hieroglífica é comum nos textos monumentais que ornaram os templos e os túmulos, enquanto a escrita cursiva (hierática) é empregada em papiros ou em óstracos (lascas de calcário ou fragmentos de cerâmica usados pelos egípcios para escrever ou desenhar com menos dificuldade) para registrar os acontecimentos da vida cotidiana (documentos administrativos e jurídicos, cartas e testamentos). É muito evidente que, durante a história do Egito, a língua conheceu diferentes evoluções (houve, por exemplo, o médio egípcio e o neoegípcio). A partir da 26^a dinastia, uma nova escrita cursiva, o demótico, faz sua aparição no Baixo Egito para depois estender-se progressivamente a todo o vale do Nilo. Como o hierático, o demótico serve principalmente para escrever textos da prática cotidiana. O demótico epigráfico⁷ permanece uma exceção. Com o tempo, o uso e o conhecimento dos mecanismos da língua egípcia vão desaparecer; só serão redescobertos em 1822 por Jean-François Champollion graças a seu perfeito conhecimento da língua copta.

2. Os calendários e a cronologia – A difícil questão do calendário, ou melhor, dos calendários, é fundamental para tentar estabelecer uma cronologia absoluta do Egito Antigo. Antes do aparecimento da escrita, os egípcios dispunham de meios rudimentares para contabilizar o tempo. Utilizavam, por exemplo, uma folha de palmeira na qual incisões sucessivas permitiam registrar a noção dos dias ou mesmo dos anos passados. Aliás, é essa palma que, na escrita, serve de ideograma para significar “ano” (*renepet*). O ano correntemente

7. Inscrições em monumentos. (N.T.)

utilizado pelos egípcios nos documentos administrativos é o ano dito “civil”, composto de três estações (derivadas das lunações) de quatro meses cada uma, ou seja, doze meses de trinta dias, aos quais se acrescentam cinco dias suplementares. Demasiadamente curto em relação ao ano real, o ano “civil” egípcio sofre uma defasagem muito rápida das estações de quase um mês a cada 120 anos. Mas esse ano de 365 dias prevaleceu ao longo de toda a história egípcia. O fenômeno é ainda mais surpreendente na medida em que um ano fixo, relacionado à estrela Sothis⁸, era conhecido. É a associação de três fenômenos simultâneos que marca o início do ano: o nascer do sol, o nascer helíaco de Sírius e o começo da inundação. E é somente após 1.460 anos que o Novo Ano e as estações naturais voltam a coincidir. Evidentemente, os escribas egípcios percebiam a defasagem cada vez maior entre o nascer da estrela Sothis e o início do ano fixado pelo calendário. Há textos que notificam essas observações feitas pelos escribas. Elas são importantes, pois permitem que se disponha de datas de controle. É assim que as datas de alguns reinados podem ser estabelecidas com alguma certeza: as de Sesóstris III (soberano da 12^a dinastia) e as de Amehotep I e de Tutmósis III (soberanos da 18^a dinastia). Quanto ao calendário lunar (354 dias), ele era utilizado para estabelecer o calendário das festas. Os egípcios nunca usaram uma era contínua para as suas datações. Muito cedo se habituaram a decompor o tempo de acordo com os anos de reinado do faraó no poder. Infelizmente, nem todos os textos são datados. Os que o são começam por uma data inscrita da seguinte forma: o

8. Sírius. (N.T.)

mês X de tal estação, no dia X, no ano X sob a majestade de tal faraó. Quando o faraó morria, a contagem dos anos recomeçava no ano 1 do seu sucessor. No Novo Império, a aplicação de novas regras na contagem dos anos não elimina a confusão reinante na cronologia. O cômputo dos anos do novo soberano começa com a morte do seu predecessor. Assim, se o soberano morresse no final do ano, o ano 1 do novo soberano podia durar apenas alguns meses. Essa nova prática obriga os pesquisadores a conhecer com precisão a data da morte de cada faraó reinante, o que evidentemente está longe de acontecer. Para se situarem com certeza, eles teriam também que conhecer todos os faraós que reinaram, e isso igualmente não acontece – os egiptólogos ainda descobrem alguns regularmente. Além do mais, para alguns períodos, há reinados paralelos com um registro dos anos distinto. Nessas condições, uma cronologia exata é difícil de estabelecer. Não obstante, os astrônomos modernos são capazes de determinar quais eram os nascimentos helíacos da estrela que coincidiam com o início do mês de julho (começo do mês da inundação) no paralelo de Mênfis, obtendo com isso datas precisas do início da contagem dos anos pelos egípcios. O fenômeno ocorreu três vezes durante os cinco milênios que precedem a era cristã: em 1325/1322 a.C., sob a 19ª dinastia (os escribas da época registraram a ocorrência); em 2785/2782 a.C., por volta do final da época tinita; e em 4245/4242 a.C., durante o período pré-histórico.

Assim, se a cronologia egípcia dispõe de pontos de referência, ela permanece em muitos aspectos sujeita a variações mais ou menos importantes. É a razão pela qual as datas que aparecem neste livro são indicativas e de modo nenhum absolutas.